

# LITERATURA E PENSAMENTO: A LÓGICA DA AMBIGÜIDADE E A LÓGICA DA NÃO CONTRADIÇÃO

Claudia Caimi  
(UNIJUI-RS)

## RESUMO

Este texto propõe a discussão do lugar da imaginação e do lúdico na formação do saber. Apresenta o discurso filosófico grego como a origem do pensamento racional ocidental, que se constitui a partir da oposição com o pensamento veiculado no discurso mito-poético. Caracteriza o discurso da razão a partir de uma lógica da não contradição e o discurso mito-poético constituído por uma lógica da ambigüidade. Também é evidenciada a continuidade dessa divisão no pensamento do séc. XVII, a partir da afirmação da confiança em uma razão que se funda na lógica causal e opositiva, contraposta por Vico, através da caracterização do pensamento poético, que apresenta uma lógica da semelhança, em que a analogia e a repetição constituem os universais poéticos. O saber produzido pelo pensamento mito-poético acolhe a experiência e as possibilidades de produzir conhecimento oferecidas pela abertura à pluralidade, à alteridade e ao descentramento da subjetividade.

PALAVRAS-CHAVE: Imaginação; ludismo; razão; mimese; saber.

O lúdico e o imaginário perderam o valor cognoscitivo e o caráter de construções de conhecimento formativo e transformativo que os antigos lhes atribuíam, em que confluíam indivíduo e história. São hoje associados com irrealidade, ficção, fantasia, sonho, todas características pejorativas no âmbito do conhecimento e do social. A imaginação e o lúdico ainda são valorizados nos primeiros anos de escolarização, enquanto “o conhecimento” ainda não se configura em forma de conteúdo e disciplinas. Não é a ludicidade e o caráter imaginativo inerente

a formas de conhecimento, mas a do informe psicológico infantil, ou seja, é uma questão de capacidade e desenvolvimento psicológico, como se, posteriormente, essas capacidades fossem perdidas, não mais fizessem parte da capacidade cognitiva do homem. Ou, também, como se o conhecimento fosse algo que se estabelecesse somente no âmbito do abstrato, do lógico, do formal, da série, da enumeração, ou seja, na perspectiva dessas categorias que sustentam uma dimensão mais metódica do saber.

Entre os gregos, num período anterior ao pensamento filosófico, a imaginação era um *médium* do conhecimento, tinha assegurada um papel cognoscitivo, ao instituir uma narrativa verdadeira, que manifesta a ordem do mundo. Através do mito, o homem participava de uma unidade em que não havia a divisão entre sujeito e objeto, coisa e palavra, espaço e tempo. Neste discurso a distância entre o homem e o mundo é dissolvida na apreensão das coisas, dos seres e de si, que inscreve o homem - por participação e repetição - na realidade. Como ordem manifestada pela emergência da consciência, através da participação (animismo, totemismo, antropomorfização), as classificações e as análises lógicas são efetuadas com o auxílio de concepções concretas, que adquirem um caráter simbólico sem perder sua concretude e, através da repetição, o equilíbrio entre concepção de mundo e normas de comportamento estabelece harmonia entre o social e o natural, na reafirmação do mesmo.

Detienne, em *Os mestres da verdade na Grécia arcaica* (1988), busca entender a passagem do mito à razão a partir do ponto de vista de Vernant de que há razão no mito. Sua tese é a de que o pensamento racional surge do mito e que contém resquícios de religião. Essa relação o autor identifica a partir da trajetória da palavra *alétheia* (verdade) que se apresenta como um testemunho na mutação de um pensamento mítico em um pensamento racional, pois é, ao mesmo tempo, potência religiosa e conceito filosófico, marcando entre eles afinidade essencial e ruptura radical. As afinidades se dão pelo tipo de homens que são: o rei da justiça, o poeta, o adivinho e o filósofo: todos privilegiados que têm a “verdade” por atributo. O filósofo toma o lugar dos poetas, magos e adivinhos e do rei da justiça, pretendendo revelar a verdade que é homóloga e antítese da verdade religiosa. Homóloga, porque contém a verdade; antítese, porque a verdade do pensamento filosófico não é da mesma natureza da verdade do discurso arcaico, estabelecendo a ruptura com o mesmo.

O autor (DETIENNE, 1988) argumenta que no pensamento religioso-poético, que antecede ao pensamento racional, a palavra *alétheia* (verdade) mantém com outras potências, *léthe* (esquecimento), *peithó* (persuasão) e *apaté* (enganho), relações que determinam a natureza de sua significação. Observa que na poesia, como no pensamento religioso, a passagem de *aléthea* a *lethé* traduz-se em termos de semelhança, pois é estabelecida uma equivalência ou, ao menos, um tipo de participação entre os dois termos da comparação, tendendo a uma idéia fundada no jogo de semelhança dos contrários, de coisa dupla. Através da memória se constitui a verdade poética, mas memória e esquecimento estão ligados, já que a verdade do poeta é assertiva, não se opõe à mentira ou ao falso, mas ao esquecimento, de forma que o outro da memória, o esquecimento, nela está contido. Com *lethé* dá-se uma relação de contraste antitético e complementar, marcando uma ambigüidade pelo jogo do verídico e do enganoso, já que a verdade se reveste do engano e o verdadeiro não nega jamais o falso. Como o mundo divino/poético é profundamente ambíguo, no plano do engano (*apaté*) está a idéia de uma presença na ausência e, complementarmente, a de uma ausência na presença, estabelecendo uma lógica em que os contrários são complementares e na qual a ambigüidade constitui um mecanismo essencial de uma verdade constituída na alteridade.

Essa ambigüidade manifesta-se no próprio discurso poético que pode ser benéfico ou maléfico, como fica evidenciado na fala das musas em Hesíodo (1995, p. 107) “Pastores agrestes, vis infâmias e ventres só, sabemos [Musas] muitas mentiras dizer símeis aos fatos e sabemos, se queremos, dar a ouvir revelações”. E também no canto das sereias na *Odisséia*, que dizem,

vem aqui, decantado Ulisses, ilustre glória dos Aqueus; detém tua nau, para escutares nossa voz. Jamais alguém por aqui passou em nau escura, que não ouvisse a voz de agradáveis sons que sai de nossos lábios; depois afasta-te maravilhado e conhecedor de muitas coisas, porque nós sabemos tudo quanto se, na extensa Tróade, Argivos e Troianos sofreram por vontade dos deuses, bem como o que acontece na nutricia terra. (HOMERO, 1981, p.115),

prometendo a Ulisses o conhecimento do passado, do presente e do futuro que é, ao mesmo tempo, o esquecimento de tudo, pois nenhum homem sobreviveu ao canto delas. A palavra poética reveste-se de en-

cantamento que persuade como uma força sagrada, podendo enganar ou revelar verdades. Quando começa a se mostrar a inquietação de que o *logos* (palavra) pode enganar, surgem as primeiras reflexões sobre a potência da palavra sobre a realidade e sobre o outro.

Para Vernant (s/d), o novo na filosofia é uma explicação que se destituiu da magia e do maravilhoso, despersonalizando os elementos e os deuses e rompendo com a lógica da ambivalência. A explicação filosófica institui um pensamento abstrato, que apresenta respostas contundentes e princípios lógicos, que se aproximam da verdade por raciocínio que, por sua vez, distingue o ser (substância) e as qualidades. Assim, com Parmênides (e depois radicalizado por Platão), *alétheia* se confunde com a exigência da não-contradição. Nesse pensamento, os contrários são postos simultaneamente no plano da linguagem, de forma que a verdade se institui na e pela linguagem dialética, que tem como princípio o diálogo, duas vozes, e por fim a maiêutica, ponto único em que a verdade se coloca. A verdade é alcançada por pensamento lógico.

Segundo Detienne, na formação do pensamento filosófico, a ambigüidade se distingue da *alétheia* e se refugia na *doxa*, que acolhe um conhecimento que vem do movimento do mundo, apresentando a possibilidade de uma escolha, e mais, de uma escolha que varia de acordo com a situação. É no âmbito da sofística que ela se estabelece, já que para os sofistas, a palavra está delimitada no campo da tensão de dois discursos sobre cada coisa, na contradição das duas teses, tornando lógico o ambíguo. Desse modo, o ambíguo não é mais a união dos contrários complementares, como no discurso mito-poético, mas a síntese dos contrários contraditórios. A palavra, para o sofista, é um instrumento, mas não de conhecimento real. O *logos* é uma realidade em si, mas não é um significante que tende a um significado. No pensamento sofístico não há distância entre a palavra e as coisas, há puros exercícios de retórica em que, através de argumentação, defendem teses contrárias para convencer a favor de uma. Portanto, a sofística, por um lado representa o triunfo da palavra ambígua, por outro é responsável, através da prática dos discursos opostos e da análise dos modos do discurso, pela formação do princípio de identidade e pelo advento de uma lógica da exclusão das proposições contrárias.

Por volta do século VI a.C., surge um tipo de pensamento filosófico religioso (os pitagóricos, Parmênides) que se opõe ao pensamento

dos sofistas e renovam a significação da *alétheia*. Para estes filósofos por um lado existe o imutável, o Ser, a memória, a *alétheia*, e, por outro, o fluente, o não ser, o esquecimento. Para Detienne, essa postura parece aproximar as seitas filosóficas dos poetas e adivinhos, mas enquanto nos poetas a *alétheia* é inseparável de *peithó* (engano), nas seitas é radicalmente separada da mesma. Seu universo espiritual é um mundo dicotômico onde a ambigüidade cedeu lugar à contradição e o homem acha-se lançado num universo dualista de oposições nítidas no qual a escolha se impõe.

Nesse sistema de pensamento que se separa da lógica do mito, *alétheia* se torna uma potência mais definida e mais abstratamente concebida: simboliza um plano do real que toma a forma de uma realidade intemporal que se afirma como ser imutável e estável e se opõe radicalmente a um outro plano de realidade que o tempo, a morte e a *lethé* definem. No entanto, ainda que a ambigüidade tenha desaparecido como zona intermediária entre termos antitéticos, não foi riscada do mundo humano, como forma do real. Foi afastada do conhecimento, que vai ser, pela primeira vez, tratado em Platão, a partir de uma consciente necessidade de afastar um tipo de educação para a constituição de outro.

Todo o desenvolvimento do pensamento inaugurado pelos pré-socráticos está ligado à separação da palavra do domínio da ação. Na palavra laica, a ação é inscrita no tempo e distinta do discurso. O discurso como realidade autônoma é encerrado em suas próprias leis: conformidade com os princípios lógicos e com o real, submetendo-se à necessidade de referenciar sua verdade. Haveloc (1996) defende a tese de que grande parte da obra de Platão é um feroz ataque à poesia como uma disciplina educativa do homem grego, como repositório de conhecimentos úteis, espécie de enciclopédia de ética, política, história e tecnologia. Nela os cidadãos ativos aprendiam a essência de seu preparo educacional, e, como um modo conservado de comunicação oral, estabeleciam uma consciência, um vocabulário e uma sintaxe, através de uma tecnologia verbal disponível através da fala rítmica. Essa forma de educação e instrução instaura-se num estado (psicológico) de completo envolvimento pessoal de identificação emotiva com o enunciado. A memória oral conservada caracteriza-se, para Haveloc, por identificação e repetição; atitudes que não exigem nem objetividade, nem análise.

Platão, no *Teeteto* (1986), define a ciência como o verdadeiro conhecimento, como um sistema de opiniões verdadeiras travadas pela

razão dialética, que se mostra mais estável porque encadeia (através da lógica) as opiniões verdadeiras e possibilita uma ascensão segura do mundo do relativo para o mundo do absoluto. Tanto a sofística quanto a poesia, por utilizarem a persuasão e não a demonstração, são incapazes de alcançar o verdadeiro conhecimento. Este implica organizar, dominar e avaliar dados fora do pensamento, já que a filosofia platônica, ao postular a existência da *psyque* e desenvolver uma distinção do eu para o que não é o eu (existência do sujeito), acabou por supor a existência do objeto. Assim, quando se pensa, pensa-se sobre alguma coisa.

Havelock diz que Platão quer estabelecer uma nova forma de pensar a partir da abstração, separando e isolando princípios e constituindo conceitos, em uma linguagem cuja sintaxe é analítica, que não visa à identificação; antes, a expressão. Para separar o eu, é necessário abandonar o ato e o evento (tempo, espaço, circunstância) e pensar nas coisas-em-si. Para tal, o múltiplo é transformado em uno a partir de um ato de integração que nega a vivência dos acontecimentos e oferece uma abstração em que nada acontece, apenas é. Assim isoladas, as coisas não são apenas um; também são ser no sentido em que sua expressão lingüística é isenta de tempo verbal (uso do infinitivo); portanto, de duração. O objeto abstrato, divorciado da ação concreta deve perder também a visibilidade, pois a experiência visual de cor e forma ocorre apenas quando a essência do objeto é multiplicada e tornada específica. A essência (o Ser, as Idéias) é então abstrata, una e fixa e constitui um sistema de integração total de hierarquias ascendentes e descendentes que formam uma lógica interna própria.

Não cabe aqui discutir a leitura que Havelock faz da obra de Platão, já que é acolhida a proposição de que a poesia mostra-se como um arsenal da cultura grega, como uma fonte de informação, uma linguagem, um sistema de doutrinação e como o modelo de educação. Porém é importante registrar que Platão é muito mais complexo, pois condenou a escrita pela escrita e dissociou-se da mimese mimeticamente, ao utilizar recursos da poesia como: o diálogo mimético (dramatização), enquanto expressão da oralidade e reprodução da voz, presentes em quase toda a sua obra, mas mais bem trabalhados no *Fedro* e no *Banquete* e a narrativa ficcional, enquanto verossimilhança, elaborada no *Timeu* e nos vários mitos que narra em sua obra.

Mas é a proposição platônica do conhecimento, enquanto pensamento sobre a experiência e a distância ao invés da identificação, ex-

posta por Haveloc, que permanece na tradição educacional ocidental. A exclusão da lógica da ambigüidade completa seu curso em Platão e vamos ver em Aristóteles uma sintaxe discursiva abstrata, um sistema filosófico classificatório e uma teoria do conhecimento desvinculada da experiência e da história.

Um outro momento decisivo da separação entre conhecimento e imaginação dá-se com o nascimento da ciência moderna. O pensamento científico inicia na modernidade com Galileu e Copérnico, que começam a revolução da física, tornando-a a ciência explicativa do real, que se desenvolve, graças à matemática, por dedução e experiência. Mas é Descartes quem alia o saber físico-matemático a uma concepção de real em uma teoria do conhecimento que se pergunta pela natureza do sujeito cognoscente e pela natureza do objeto conhecido. O sujeito cognoscente de Descartes é “eu penso”, que concebe a si próprio a partir da dúvida hiperbólica: levando o limite máximo da dúvida sobre tudo, mas que - ao extremá-la - evidencia a certeza traduzida na possibilidade de duvidar. Para tal é preciso pensar, conseqüentemente, “se penso: existo”. O sujeito cartesiano é puro pensamento, capaz de fazer abstrações do sensível, tornando-o inteligível. Neste sentido, o objeto do conhecimento se constitui a partir da evidência intelectual, marcada pela clareza e distinção, apreendida pela via da intuição, pois a visão intelectual - voltada para um campo preparado e ordenado pelo método e autorizada e garantida pela luz inata da razão - instaura a certeza da existência de si e o critério de verdade e garantia do conhecimento.

Porém, para chegar à máxima de que a única fonte de verdade é o pensamento, Descartes libertou-se da natureza e da tradição, estabelecendo uma dicotomia entre epistemologia e história. O sujeito do conhecimento foi privado das paixões e das certezas da autoridade e da tradição, e o objeto do conhecimento foi destituído dos padrões coletivos de cultura e história. Descartes rompe radicalmente com a cultura da curiosidade e do espanto, destituindo do conhecimento o maravilhoso, o oculto, o mistério, o enigma, o desejo, os sentidos ao só admitir a ação lúcida da razão metódica.

Com Descartes a experiência é mais uma vez excluída do conhecimento, que busca “idéias claras e distintas”, pois ela se apresenta incompatível com a certeza. O pensamento autônomo, seguro e indubitável afasta-se da tradição, das certezas subjetivas das paixões, dos desejos, das emoções, das fantasias e de toda a variabilidade e

particularidade decorrentes da contingência, da arbitrariedade e da alteridade. De forma que, para Descartes, entre o *res cogitans* e *res extensa* a fantasia e a imaginação não são necessárias, pois não há necessidade de nenhuma mediação para o ato de inteligência.

A experiência é substituída pelo experimento sendo que no lugar da autoridade (da tradição e da ação) coloca-se a certificação; neste sentido, a ciência moderna propõe um sujeito do conhecimento que reúne em si as propriedades do intelecto separado do sujeito da experiência, como uma realidade psíquica substancial e autônoma. Ela desprezou e desqualificou como conhecimento ou saber verdadeiro o que não podia ser quantificado e objetivado. E a escola, que surge neste cenário, se solidifica confiando na descrição quantitativa do mundo, na demonstração estatística, nas generalizações, na reprodutividade experimental e na fé do poder da razão.

O surgimento do pensamento filosófico entre os gregos e do científico na modernidade foram marcos da opção por um conhecimento que se estabelece na confiança em uma razão que se funda numa lógica causal e opositiva, que descarta o outro. Essa, porém, apesar de ter sido acolhida para sustentar a formação escolar, não gozou de absoluta unanimidade. Desde Platão, mesmo tendo expulsado os poetas da *Polis*, a lógica da semelhança atormenta o pensamento. Essa lógica, presente no pensamento mito-poético, acata os contrários como complementares (DETIENNE, 1988), como sombra, deslocando-se progressivamente ao outro recíproco. Esse pensamento obedece a uma lógica de contrariedades, no qual a ambivalência constitui um mecanismo essencial. Desta forma, a lógica da semelhança acata o jogo, o paradoxo, o instável, a indeterminação, a alteridade, todos esses conceitos que hoje estão presentes na maioria dos pensadores contemporâneos, nas várias áreas do conhecimento, mas que a escola ainda não acolheu no processo de formação.

Trazer a lógica da semelhança para o conhecimento foi o empreendimento de Vico na *Ciência Nova*. Para Vico, a natureza humana não é imutável. No ato de conhecer os homens transformam-se a si-mesmos e ao mundo, daí a razão não possuir um núcleo central, uma essência que permanece idêntica a si-mesma, como propunha Descartes.

Segundo Vico, a teoria do conhecimento formulada por Descartes, orientando-se exclusivamente pelo conhecimento matemático, subordina todas as demais esferas da indagação à esfera da razão abstra-

ta. Essa pretensão racionalista do cartesianismo se constitui utópica, pois existem certezas humanas fundamentais que, como a retórica, a prudência, a poesia, as leis, as instituições as obras de arte, os rituais, e outras que regulam a vida prática, não se baseiam em verdades do tipo matemático, mas sobre o verossímil.

O argumento de Vico é o de que só se pode conhecer o feito, já que a verdade e o fato são a mesma coisa. A verdade só pode ser encontrada no domínio de tudo aquilo que o homem fez ou produz, naquilo que é expressão da vontade humana e não na natureza, como é pretensão do cartesianismo, pois não tem como o homem conhecer a causa de seu próprio ser porque ele não é essa causa, não criou a si mesmo. Neste sentido, as proposições matemáticas satisfazem ao critério da auto-evidência porque a matemática é um sistema produzido pelo homem a partir de necessidades da ação humana na busca de satisfazer a consecução de objetivos e/ou desejos.

A *ciência nova* tem como método penetrar nos princípios e nas causas dentro do curso das nações, recolhendo a ordem que flui de elementos e formas de vida que nem são fortuitas, nem determinadas, mas dirigidas e destinadas a satisfazer necessidades, desejos e ambições. Neste sentido, as produções culturais podem ser entendidas, interpretadas e avaliadas a partir da compreensão do propósito para o qual foram criadas.

Observamos todas as nações bárbaras humanas, ainda que, por imensos intervalos de espaços e tempos, entre si distanciadas, guardaram estes três humanos costumes: todas possuem alguma religião, todas contraem matrimônios solenes, todas sepultam seus mortos (...) Pois, pela dignidade de que idéias uniformes, principiadas junto à totalidade dos povos, não conhecidos entre si, devem ter um motivo comum de verdade, deve ter sido ditada a todas: dessas três coisas, começou a humanidade, e por isso devem ser preservadas (...) para isso tomamos esses três costumes eternos e universais como os três princípios desta Ciência. (VICO, 1999, p. 132)

Na investigação do desenvolvimento da humanidade, Vico empreende uma volta aos modos de compreensão das coisas, dos sentimentos e das atitudes das comunidades humanas primitivas. Resulta deste processo uma história universal que se constituiu por três estágios (ou idades), cada qual correspondendo a uma forma de organização social, política e jurídica. Na Idade dos deuses os homens que funda-

ram a sociedade humana eram néscios, insensatos e horríveis bestas, sem nenhum poder de reflexão, mas dotados de sentidos agudos e poderosa fantasia. A linguagem é muda, feita de gestos, sinais e caracteres. Na Idade dos heróis, as famílias se unem formando a aristocracia, que domina o restante da população em governos oligárquicos. Cria-se o direito baseado na religião. Fundam-se as cidades, que cultivam as virtudes heróicas da piedade, da prudência, da moderação, da fortaleza e da magnanimidade. O modo de expressão dessa vida é a linguagem simbólica, repleta de imagens e metáforas, não existindo fronteiras entre a imaginação e a realidade, como se pode observar na poesia de Homero. Na Idade dos homens, o governo assume a forma de república popular ou de monarquia, ambas assegurando a igualdade de direitos para todos os cidadãos livres. O homem passa a explicar o universo mediante a metafísica raciocinada e a relação com uma ordem providencial toma a forma de reflexão que procura rastrear a idéia de bem, sobre a qual os homens devem estar de acordo. A linguagem se baseia em vocábulos convencionados.

Essa visão histórica é ao mesmo tempo progressiva e cíclica. De um lado progressista, porque de uma fase bestial passa para uma fase heróica e depois racional, por outro lado é cíclica, porque as três fases marcam um ciclo, que eternamente reinicia, formando uma espiral. Com essa lógica, Vico assegura a continuidade entre fantasia e razão, ambas fazendo parte de um processo mais amplo de investigação de mundo incompletamente conhecido.

Como a história dá a tópica do repertório dos possíveis já realizados, dentre as muitas produções humanas, Vico distingue a linguagem como o subsistema simbólico e normativo que imprime em si as formas de vida e da experiência. Assim, é no mergulho nas formas de linguagem da humanidade que ele especifica o material para outras possibilidades de conhecer para além das categorias tradicionais do dedutivo *a priori* e do empírico *a posteriori*.

Vico diferencia a linguagem mito-poética da linguagem silogística. A linguagem mito-poética anima toda a natureza mediante o emprego da semelhança, que se constitui por analogias, primitivamente através de antropomorfização e depois por metaforização, e por ludismo, reprodução das constantes que adquirem possibilidade e levam ao deleite. Esta linguagem, como a silogística, também apresenta um princípio classificador. Mas enquanto a linguagem silogística forma os univer-

sais lógicos a partir dos princípios da identidade, da não-contradição e do terceiro excluído, a linguagem mito-poética forma os gêneros inteligíveis das coisas em universais poéticos: deuses, heróis, ritos, entre outros, a partir da analogia e do ludismo, respectivamente, compreendidos pelo autor como participação e repetição.

Os homens primeiramente sentem sem se aperceberem, a seguir apercebem-se com o espírito perturbado e comovido, e, finalmente, refletem com mente pura. Esse aforismo é o princípio das sentenças poéticas, que são formadas com sentidos de paixões e de afetos, diferentemente das sentenças filosóficas, que constituem pela reflexão e mediante raciocínios. Por isso estas marcham vigorosamente para a verdade, quanto mais se alçam para os universais; e aquelas, tanto mais acertadas resultam quanto mais se apropriam dos particulares. (VICO, 1988, p. 152).

Para Vico, o pensamento fantástico - veiculado pela linguagem mito-poética - que no princípio fingiu os mitos e depois se aloja nas imagens, nas formas das coisas que a fantasia muda, separa e compõe, vincula-se com a experiência social guardada na memória. Assim, a analogia e a imaginação reconstrutiva são métodos de conhecimento, já que a fantasia tem o poder de modelar as imagens das coisas, gerando novas formas sendo, portanto, criadora. O lúdico, por sua vez, revela o prazer que o homem sente ao constituir o uniforme, formando constantes. São as coisas verossímeis que possibilitam e regulam a vida prática e não a razão abstrata.

A defesa de Vico a outras formas de conhecimento, como se sabe, não teve êxito no século XVIII, século em que a grande maioria dos pensadores acatou o argumento socrático e racionalista do imaginário/tradição/lúdico/opinião como o outro (contrário) da razão. Nas palavras de Foucault o rompimento desse movimento dá-se com os “mestres da suspeita: Marx, Freud e Nietzsche” (FOUCAULT, s/d), e depois com seus seguidores, apontando para a ideologia, o inconsciente e o caráter metafórico da linguagem e, conseqüentemente, colocando em questão a razão fundamentada numa metafísica da verdade. O que não impediu que a racionalidade instrumental e mercantil se estendessem por nosso tempo e se estabelecesse na formação escolar.

Porém, Vico esclarece que resgatar o movimento da vida humana na sua plena possibilidade para o universo do conhecimento consis-

te em acolher uma proposição de verdade para além do propósito de dominar uma realidade conflitiva pela coerência, homogeneização e regras imutáveis e eternas. O caráter descontínuo e contraditório da realidade - e múltiplo do objeto - exigem um pensamento capaz de respeitar e elaborar a pluralidade e a ambivalência na forma de um conhecimento que se constitua como uma exercício de resignificação infinita do mundo, que não pode nunca ser totalmente conhecido, só re-inscrito.

Assim, colocar em questão os padrões do conhecimento e acolher possibilidades do pensável, como as geradas pela lógica da semelhança, provocam e evocam a disponibilidade do saber. Neste sentido, o lúdico e o imaginário, capazes de abrigar a ambigüidade, o reinício e o imprevisível, se mostram elementos importante na formulação de novas possibilidades de conhecer que abrigam a experiência, pensada como um estar intensivo no mundo. A lógica da semelhança, presente no texto literário, manifesta essa pluralidade incessante que se abre constantemente a outra coisa imprevisível e incalculável.

Vico não coloca a semelhança como o outro da razão, num movimento de valorização do irracionalismo, em que o mito surgiria como a única verdade revelada. Ele apresenta a fantasia rememorativa como um método de conhecimento ao lado do racionalismo lógico, aquela porém como mais adequada à compreensão do fenômeno histórico; portanto, humano.

Ao evidenciar as semelhanças e o comportamento mimético como possibilidades de conhecimento, Vico possibilita que pensemos a imaginação e o ludismo como dimensões de um modo de conhecer que resgata não só a vida prática; portanto, possibilidades de experiência para a formação humana, mas que propõem a essa uma dimensão ética e estética. Estética, no sentido oferecido por Wolfgang Iser, de um acolhimento do jogo, daquilo que está sempre associado a alguma coisa outra que o “si mesmo.” (ISER, W. 2001), provocadora de uma ética aberta à pluralidade, ao descentramento da subjetividade e à alteridade, pois proporcionam uma formação na qual se dá, como diz Larrosa, principalmente “um deformar e um transformar a maneira como nomeamos o que vemos e vemos o que nomeamos” (LAROSSA, 2004, p. 272).

## ABSTRACT

This work aims at discussing the role of imagination and playfulness in the formation of knowledge. It presents the Greek philosophic discourse as the origin of western rational thought, which is established from its opposition to the thought carried by the mythical-poetic discourse. It characterizes the discourse of reason as stemming from the logic of no-contradiction, and the mythical-poetic discourse as constituted by the logic of ambiguity. It also demonstrates the continuity of that division in the 17<sup>th</sup> century thought by the trust in a reason founded on the logic of cause and opposition. This is, in turn, contradicted by Vico, through the characterization of poetic thought, which presents the logic of similarity and in which analogy and repetition constitute poetic universals. Knowledge produced by mythical-poetic thought accepts experience and the possibilities of producing knowledge fostered by the opening for plurality, otherness and discentering of subjectivity.

**KEY WORDS:** Imagination; playfulness; reason; mimesis; knowledge.

## REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto. "Vico". In: *A teoria das formas de governo*. Brasília: UNB, 1988.
- BOSI, Alfredo. "Leitura de Vico". In: *O ser e o tempo na poesia*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- DESCARTES, René. *Discurso do Método, Meditações, Objeções e respostas, As paixões da alma, cartas*. São Paulo: Abril cultural, 1979. (Os pensadores).
- DETIENNE, Marcel. *Os mestres da verdade na Grécia antiga*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Nietzsche, Freud e Marx*; Theatrum Philosophicum. Porto: Rés, s/d.
- HAVELOCK, Eric. *Prefácio a Platão*. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- HESÍODO. *Teogonia: a origem dos deuses*. São Paulo: Iluminuras, 1995.
- HOMERO. *Odisséia*. Trad. Antônio Pinto Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1981.
- ISER, Wolfgang. O ressurgimento da estética. In: ROSENFELD, Denis (org). *Ética e estética*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LARROSA, Jorge. *Linguagem e Educação depois de Babel*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PLATON. *Obras completas*. Madrid: Aguilar, 1986.

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e Pensamento entre os gregos*: estudos de psicologia histórica. São Paulo: Paz e Terra. s/d.

VICO, Giambattista. *Princípios de uma ciência nova*: acerca da natureza comum das nações. São Paulo: Nova cultural, 1988. (Os pensadores)

\_\_\_\_\_. *A ciência Nova*. Tradução, prefácio e notas Marco Lucchesi, Rio de Janeiro: Record, 1999.